

# RELATORIO VISITA DE INTERCÂMBIO: BRASIL

---

12-18 de Julho 2009

ASPRODEB – CNCR – FETRAF – CSA

## AGRADECIMENTOS

Através deste relatório, o CNCR e a ASPRODEB agradecem os Responsáveis da FETRAF e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Brasil que não mediram esforços para tornar possível esta missão. Os agradecimentos se dirigem também ao senhor Marek POZNANSKI (CSA), senhora Agnes VERCAUTEREN (FETRAF) e todos os responsáveis da CSA pelo apoio técnico que possibilitaram o estreitamento das relações de parceria entre as Organizações de Produtores (OP) de África Ocidental e do Brasil.

Por fim, meus agradecimentos a todas as pessoas que encontrei e tornaram a missão tão interessante.

**Mamadou Cissokho**



---

## CONTEXTO

---

O CNCR e a FETRAF/SUL mantêm há vários anos uma relação forte de cooperação e isto graças ao Collectif Stratégies Alimentaires (CSA) uma ONG belga; é neste contexto que o senhor Mamadou CISSOKHO, presidente de honra do CNCR realizou dos dias 12 a 18 de julho 2009, uma missão no Brasil para encontrar os responsáveis da FETRAF.

O presente relatório relata os pontos essenciais que fazem parte do objetivo desta Missão.

## INTRODUÇÃO

Há alguns anos que CNCR e ROPPA participam de uma iniciativa de construção de mecanismos de acesso aos mercados que garantem renda sustentável para os pequenos produtores.

Isto a partir de fóruns, sancionadas por Declarações que levam o nome das cidades aonde se realizaram os encontros.

Estes fóruns contam sempre com a participação das OP da Europa, da África, da Ásia, da América do Norte, e da América Latina, reunidas em torno de um mesmo ideal que é o desenvolvimento das Organizações Campesinas.

- O primeiro encontro aconteceu em Dakar, com a **Declaração de Dakar**<sup>1</sup>.
- O segundo aconteceu em CHAPECO, no Brasil, com a **Declaração de Chapecó**<sup>1</sup>.
- O terceiro encontro teve lugar na Bélgica com a **Declaração de Bruxelas**<sup>1</sup>.

Uma parceria nasceu neste contexto entre FETRAF (Brasil), o CNCR e a ROPPA que levou à organização de uma visita de intercâmbio com os Responsáveis do CNCR e da ROPPA ao Brasil em 2007, e da FETRAF a Senegal e Guiné Bissau em 2008.

Convém lembrar que os intercâmbios entre Organizações de Produtores de diferentes partes do mundo são facilitados por uma ONG belga, a C.S.A. (Collectif Stratégies Alimentaires), que se deu por missão de facilitar os encontros e intercâmbios, usando como instrumentos as informações e a comunicação, que são colocadas à disposição de todos os grupos envolvidos no processo de construção.

### NO BRASIL, EM SENEGAL E NA ÁFRICA OCIDENTAL, NOVAS PERSPECTIVAS SE ABRIRAM GRAÇAS A UMA FORTE VONTADE POLÍTICA

- No Brasil, o Governo LULA, com apoio do Movimento social e os partidos moderados, acelerou as rupturas nas políticas sociais. Uma grande vontade política de justiça econômica se manifestou na política da declaração geral com um engajamento determinante intitulado « FOME ZERO ». Desde aquele momento o Objetivo geral do governo é de eliminar a fome num dos maiores países agrícolas do mundo.

1. Ver os sitios web:

- [www.dakardeclaration.org/](http://www.dakardeclaration.org/)
- [www.csa-be.org/?page=seminaire&id\\_rubrique=12&id\\_mot=174](http://www.csa-be.org/?page=seminaire&id_rubrique=12&id_mot=174)

2. Agriculturas familiares - Trocas entre o CNCR-ROPPA e FETRAF :

- [www.csa-be.org/IMG/html/Voyages\\_etude\\_Bresil/page01.html](http://www.csa-be.org/IMG/html/Voyages_etude_Bresil/page01.html)

- Em Senegal, o advento da ALTERNANÇA foi também um momento claro de vontade política, da preocupação com o desenvolvimento acelerado da agricultura, que tem se mostrado em três princípios fundamentais:
  - Uma política agrícola proativa
  - Apoio para a aquisição de meios de produção e para o preço do amendoim;
  - Mobilização internacional sobre as dívidas agrícolas.
- Enquanto isso, a África Ocidental e a CEDEAO foram marcados claramente pelo advento da Alternância com a
  - elaboração e validação de uma política agrícola regional: ECOWAP;
  - Negociação de um programa de investimento agrícola regional (PRIA e NIPA), e
  - Participação de ROPPA, parceira da CEDEAO, UEMOA e CILSS no desenvolvimento e implementação de políticas regionais.

### UMA MISSÃO PARA CONHECER A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FOME ZERO NO BRASIL E INCENTIVAR A COOPERAÇÃO E O INTERCÂMBIO ENTRE BRASIL, SENEGAL E ÁFRICA OCIDENTAL

Na seqüência dos intercâmbios que ocorreram em 2007 e 2008 entre CNCR / ROPPA e FETRAF e na seqüência do convite feito a CNCR por Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome no Brasil, uma visita de Mamadou Cissokho foi programada para julho de 2009. De 12 a 18 de julho de 2009, o escritor do relatório junto com Marek Poznanski e Vercauteren Agnes, fizeram uma viagem ao Brasil.

Como objetivos da missão definimos:

- Compreender a execução da política agrícola brasileira dirigida a agricultura familiar;
- Compreender os mecanismos para implementar a política agrícola e os papéis e responsabilidades dos atores envolvidos;
- Preparar com os vários interlocutores, possíveis intercâmbios com o Senegal e a África Ocidental sobre a rica experiência do Brasil.

3. Em margem do atelier sobre “A necessidade de controlar os mercados agrícolas” organizado em Bruxelas o 4 e 5 de Maio de 2009, Crispim Moreira apresentou às OP africano o programa “Fome Zero” cuja . Mais particularmente, apresentou o programa de aquisição dos alimentos (PAA): [www.csa-be.org/spip.php?article560](http://www.csa-be.org/spip.php?article560)

**12 DE JULHO 2009**

---

**REUNIÃO DE PROGRAMAÇÃO**

- Apresentação da agenda proposta pela FETRAF, organizadora da missão;
- Metodologia proposta para a Missão: proceder a apresentações sintéticas, deixando tempo para perguntas e respostas e demandas de informações específicas; e
- Reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como contratante principal para a programação da missão em Brasília.

**13 DE JULHO 2009 MANHÃ**

**MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE A FOME**



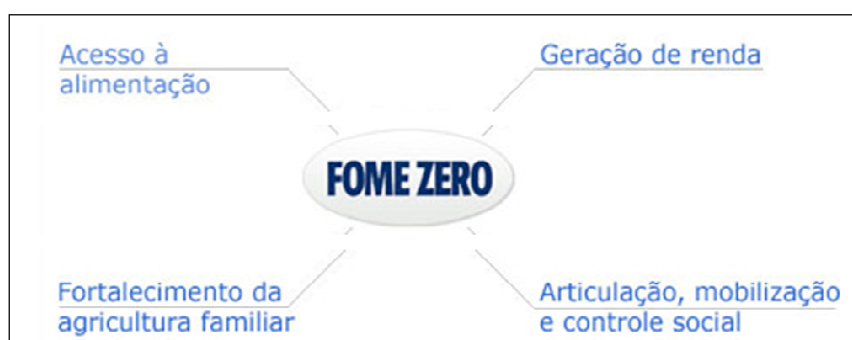
A missão foi recebida no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo Coordenador do Programa Fome Zero.

A partir do relatório do Coordenador Senhor Crispim Moreira, surgiram os seguintes destaques:  
Breve história político do programa FOME ZERO:

- Janeiro de 2003, o presidente Lula decidiu lutar contra a fome (Programa Fome Zero).
- Estabelece um Conselho liderado por um Ministério extraordinário, que agrupa 17 ministérios e 30 programas de governo;
- estabelecimento de um abrangente programa de bolsas para famílias (transferência direta de dinheiro para famílias pobres);
- reforça o programa de alimentação escolar, que data de cinquenta anos;
- Estabelece um programa de aquisição de alimentos (PAA), que atende às necessidades dos consumidores mais pobres, promovendo simultaneamente o apoio à agricultura familiar e os rendimentos dos agricultores locais através de compras institucionais.
- criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que junta três ministérios - em janeiro de 2004;
- Aprovação da Lei sobre o Sistema Nacional de Alimentos: direito humano à alimentação, base da soberania alimentar (2006);

- Terceira Conferência Nacional de Soberania Alimentar, que definiu os princípios e normas relativas à execução do Programa Fome Zero, com papéis definidos e responsabilidades dos agentes e instituições envolvidos (2007).

Usando fundos públicos, o sistema é submetido ao controle social, a partir de comissões em todos os níveis e inclui representantes de organizações sociais, sindicatos, parlamentares e representantes do Executivo.



Com relação a merenda escolar, já existente por cinquenta anos no Brasil, uma organização pública de aquisição de alimentos poderá fornecer os alimentos às escolas.

Antes a alimentação era comprada em base de licitação nacional e, naturalmente, eram as grandes empresas multinacionais que ganhavam todos os mercados.

Agora a mudança que ocorreu foi uma decisão do Congresso que estabeleceu que uma parcela das compras institucionais para cantinas escolares deverá ser feito diretamente da agricultura familiar (pelo menos 30% das compras). Isso para garantir renda para os agricultores familiares e o desenvolvimento de produtos locais.

### O PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste em comprar alimentos de agricultores familiares. Permite satisfazer as necessidades dos consumidores mais pobres, promovendo simultaneamente o apoio à agricultura familiar e os rendimentos dos agricultores locais "pelas compras institucionais. A PAA foi criada em 2003 e seu objetivo é de garantir acesso, em quantidade, qualidade e regularidade, necessária para pessoas em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social no meio rural, através do reforço da agricultura familiar."

O Conselho de Administração da PAA, que é responsável pela sua execução, é coordenada pela senhor Crispim Moreira do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e incluiu também os Ministérios de Planejamento, de Desenvolvimento Agrário, de Agricultura e Pecuária, das Finanças, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e os estados e municípios. O programa adquire os produtos a preços que não podem ser maiores nem menores do que aqueles praticados em mercados regionais.



Há um limite de R\$ 3500 por ano, por família de agricultores que se beneficiam do PAA, e o mesmo valor, no caso específico do leite.

Os alimentos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, apoiadas por programas sociais locais e demais cidadãos em risco de desnutrição como os Indígenas, os Quilombolas, as pessoas vivem em assentamentos da reforma agrária e projetos de deslocadas das barragens.

Além disso, após a aprovação de uma nova lei pelo Congresso, a PAA foi ampliada para comprar 30% dos alimentos necessários para um amplo programa de alimentação escolar, que tem uma longa história no Brasil e oferece refeições diárias para 37 milhões de crianças.

### MODALIDADES DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA PAA

Para participar do programa PAA, a família do agricultor deve ser reconhecida por uma estrutura profissional e possuir um certificado comprovando que é agricultor familiar.

Os agricultores familiares reconhecidos pelo Programa fornecem os produtos a suas cooperativas. Deixem seus produtos na sede das cooperativas, que fazem as entregas nas escolas ou instituições sociais identificadas pelas prefeituras.

O controle da qualidade do produto é garantido por profissionais do serviço público. Além disso, uma aliança é criada entre os produtores e os consumidores, que gostam de comer produtos saudáveis.

O conjunto do Programa está sendo divulgado através do internet com as seguintes informações:

- Identidade dos agricultores familiares;
- Capacidade de fornecimento de produtos;
- Dados técnicos e administrativos sobre a propriedade agrícola;
- Potenciais beneficiários.

São esses vários elementos que permitem financiar o programa. A fixação dos preços é feita por representantes de três ministérios, agrupados em uma comissão.

Quatrocentos produtos são reconhecidos no Programa.

E são famílias vulneráveis, que têm prioridade no acesso ao programa.

O sistema de produção agro – ecológicas recebe incentivo através de um bônus de 30% sobre os preços dado aos outros produtos.

Conselhos de segurança alimentar são encontrados em diferentes níveis: nacional, regional e municipal.

Em todos esses níveis, os movimentos sociais estão representados, e, através deles, as organizações dos agricultores.



---

## 13 DE JULHO 2009 TARDE

---

### MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O Ministério das Relações Exteriores representa o Brasil nas negociações internacionais, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário tenta influenciar as posições brasileiras em função dos interesses dos agricultores familiares”, diz Francesco Maria Pieri, Conselheiro Internacional do Ministério.

Para a pergunta "qual é a visão do Brasil em 2009, sobre as negociações da agenda internacional?", a resposta recebida é que há uma mudança de paradigma na posição do Brasil.

Na realidade, a antiga posição de abertura e competitividade não foi abandonada, mas juntou-se uma alta dose de apoio à agricultura familiar.

Outras avaliações são feitas levando em conta o impacto na agricultura familiar como um fator nas negociações internacionais:

- Reforçar os programas existentes no segundo mandato do presidente Lula;
- O processo de registro na constituição do reconhecimento do direito humano à alimentação como
- Elementos da legitimidade do governo nas negociações.



Brasil aprovou uma lei que define o princípio do apoio à agricultura familiar.

De fato, a identificação da agricultura familiar é regida por uma lei.

Antes do governo Lula, já existiam ações em andamento. No entanto, a vontade política e a mobilização de recursos financeiros importantes são obra do Presidente Lula.

Uma mobilização financeiro importante tem acompanhado a vontade política de beneficiar 4 milhões de famílias com 2 milhões de contratos, num total de 4 bilhões de euros vindos dos

- Fundos do tesouro;
- Depósitos à vista dos bancos;
- Poupança; e
- Fundos Constitucionais e outros.

Todos esses recursos são mobilizados para oferecer crédito acessível e adequada para a agricultura familiar e estão sujeitas a reembolso.

A taxa de juros é de 2 a 3%.

No Brasil por toda parte existe a convicção que o papel do Estado é fundamental para o desenvolvimento rural. Em última análise, o impacto de todos os programas não é negativo sobre a evolução normal dos preços nos mercados.

Uma intervenção é feita sobre o preço ao registrar uma queda de 20% sobre o Preço Garantido. Se busca a compatibilidade entre a inclusão de famílias vulneráveis, os pequenos produtores e a gestão da oferta e regulação do mercado.



## BICOMBUSTÍVEIS

Brasil está desenvolvendo um programa de bicombustíveis.

O mercado de bicombustíveis é regulamentado por uma lei de leilões.

Destina-se a desenvolver a energia renovável limpa.

E, junto com a produção em grandes quantidades, desenvolveu-se um programa específico de integração da agricultura familiar no bicombustível. 40.000 famílias estão atualmente envolvidas, mas se tem uma meta de envolver 200.000 famílias.

As famílias envolvidas recebem entre 60 e 80 milhões de euros hoje. Brasil oferece um bilhão de litros de bicombustível. De 1980 a 2004, houve um interesse no cultivo de pinhão manso. Mas, até agora, não é possível obter todas as informações científicas necessárias para se pronunciar sobre o resultado.

## SITUAÇÃO EM SENEGAL

Aproveitando-se das duas reuniões do dia, o Sr. CISSOKHO apresentou as alterações em andamento no Senegal desde 1997, ano do reconhecimento e do estabelecimento de parcerias entre o Estado e as OP e início de políticas de apoio à agricultura.

Ao contrário do Brasil, Senegal não tem uma grande agricultura mecanizada em milhares de hectares e não é um grande país agrícola.

Em Senegal, 95% da agricultura é dominado pela agricultura familiar de pequena e média escala, voltada para a suficiência alimentar da população rural e abastecendo os mercados locais com produtos da cesta básica.

Senegal exporta amendoim, um pouco de algodão e peixe.

Desde 2000, conta-se com uma vontade política, afirmada por uma mobilização de recursos financeiros em favor do acesso dos agricultores a insumos, sementes, fertilizantes, pesticidas, equipamentos de pequeno porte, a manutenção dos preços de amendoim, definição de participação no processo de aprovação da LOASP (Lei de Orientação Agrosilvopastoril), construção do fundo de catástrofes e de segurança, acordos de cooperação com vários parceiros de desenvolvimento para desenvolver as cadeias de arroz, cebola, batata, gergelim, milho, mandioca e flor de hibisco, através de programas especiais.

Se essa informação apresentada mostra uma semelhança entre a vontade política e as metas, o Brasil traz um elemento adicional pelo seu sistema de controle social o que implica uma forte responsabilização da agricultura familiar pela identificação dos seus membros e por validar suas demandas.

Além disso, as compras institucionais são organizadas em uma parceria que envolve o Executivo, o Legislativo, as organizações sociais e as organizações de agricultores, com alguns projetos especificamente destinados para as famílias de agricultores pobres ou pequenas. A identificação de

produtos locais, incluídas no Programa de compras Institucionais é uma garantia de proteção do seu valor culinário.

O que acontece no Senegal é muito próximo ao que emergiu das apresentações do dia.

Isso cria a esperança de que haverá oportunidades para a troca e partilha de experiências.



**14 DE JULHO 2009**

**ENCONTRO COM O MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SENHOR  
GUILHERME CASSEL**



Após a introdução das diferentes pessoas presentes ao encontro, M. CISSKHO apresentou:

- Os objetivos da missão;
- O histórico das relações construídas pelos agricultores do Senegal e da África Ocidental.
- As informações recolhidas no dia 13; e
- A disponibilidade das pessoas encontradas.

Em seguida, pediu ao ministro para indicar os limites da vontade política expressa pelo governo brasileiro e quais seriam as possibilidades para a cooperação entre o Brasil e a África.

Na sua resposta, o ministro congratulou a missão em curso e todas as informações recebidas durante a sua preparação.

Ele também elogiou a apresentação feita pelo Sr. Cissokho.

Informou que o Presidente Lula atribui grande importância às relações do Brasil com o Sul e com a África, em particular.

A idéia dominante no Brasil é que a África tem muito que compartilha com o Brasil.

Em seguida, o ministro destacou os desafios que o presidente Lula quer enfrentar:

- Garantir acesso a terra para a agricultura familiar;
- Garantir acesso ao crédito;
- Garantir acesso a serviços básicos e garantia de renda;
- Controle social com o envolvimento dos representantes de todos os grupos de atores; e
- Reconhecimento da alimentação enquanto direito humano.

O ministro está convencido de que se pode começar com a produção agrícola para tocar todas as questões relacionadas e achar as soluções desejadas.

Ele acredita que o Brasil pode desempenhar um papel fundamental na transferência de tecnologia através de uma Cooperação Brasil / África.

O governo brasileiro continua aberto para demandas dos países africanos e tem um interesse especial em reforçar parcerias entre Brasil / África em apoio a agricultura familiar e soberania alimentar.

Em conclusão, o ministro ficará atento às propostas que serão levantadas a partir da missão.





## VISITA AO CONSEA (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL)

O CONSEA foi criado em 1993, a partir das pressões dos movimentos sociais. É composto por representantes dos grupos interessados, incluindo as Organizações dos Agricultores.

No entanto, durante dez anos, o governo não estava preocupado com o seu funcionamento. Em 2003, o presidente Lula colocou como prioridade a implementação do programa o Fome Zero.

A Conferência Nacional reúne-se de vez em quando:

- a primeira, em 1994 : conferência nacional;
- a segunda em 2004 : conferência de continuidade ;
- a terceira, em 2007

Seu funcionamento envolve milhares de pessoas que participam em nível municipal; estadual e nacional.

Esta Conferência estabelece diretrizes e representatividade dos delegados. É acompanhado de uma reunião interministerial sobre a segurança alimentar.

O presidente do CONSEA é sempre um representante da Sociedade Civil. O Consea no seu exercício de 2007 a 2009 é composto por 57 conselheiros (38 representantes da sociedade civil e 19 ministros e representante do governo federal.

Três desafios estão à frente:

1. construir um sistema de dialogo, de concertação e de negociação;
2. estruturar a política de segurança alimentar; e
3. garantir que o direito a alimentação seja inscrito na constituição enquanto direito fundamental.



## VISITA À COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)

A CONAB foi criada em 1991, num período de estímulo ao livre comércio. Ela era responsável pelo abastecimento e estoques de produtos agrícolas do agronegócio e da grande produção.

Em 2003, o Governo lhe pediu para se ocupar também do abastecimento e armazenamento de produtos da agricultura familiar.

O Instituto de Cidadania, uma ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT) que agrupa técnicos de vários ministérios e da sociedade civil, desempenhou um papel de liderança, em propondo novas direções para a CONAB, sugerindo propostas de nova legislação, a fim melhorar o acesso aos mercados para os agricultores familiares.

A CONAB atualmente colabora com o programa Fome Zero. Suas atividades incluem:

- A compra direta dos produtos agrícolas, com base em um preço de referência;
- Gestão de estoques para a agricultura familiar;
- Compra com doação de alimentos, produtos em natura ou processados (em favor de estruturas definidas pelo Estado).

O essencial para o estado está em tentar garantir a compra dos produtos da agricultura familiar.



## VISITA AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

Trata-se de um fundo que permite compras diretas dos produtos da agricultura familiar. O fundo permita também financiar materiais didáticos, custos de transporte, divulgação sobre valor nutritivo dos alimentos....

### OS PRINCÍPIOS DO FNDE:

São relativos ao

- direito a alimentação para todos os alunos das escolas publicas e privadas;
- os alunos devem comparecer nas aulas durante 200 dias por ano;
- igualdade e sustentabilidade; e
- responsabilidade descentralizada, com participação social.

### DIRETRIZES DO FNDE:

Passam por

- assegurar uma alimentação adequada e equilibrada;
- enfrentar a problemática da nutrição e alimentação;
- fornecer alimentos e investir na educação para a alimentação e nutrição; e
- adquirir os produtos na agricultura familiar.

As operações atingiram 47 milhões de estudantes em 190.000 escolas, ao custo de um bilhão de dólares. O objetivo é promover o aprendizado e melhorando o desempenho do rendimento escolar pela diversidade de qualidade dos alimentos. Para desenvolver a educação, a articulação entre a educação, agricultura e alimentação são destaque.

Além disso, do financiamento global, uns trezentos milhões de dólares (30%) estão disponíveis para a agricultura familiar, com procedimentos específicos. Vários recursos humanos - agrônomos, nutricionistas, advogados e outros - acompanham o programa nas escolas e municípios.



## VISITAS E INTERCAMBIOS COM DIRIGENTES DA FETRAF

Durante a reunião, os dirigentes expressaram o seu entendimento do Programa Fome Zero e dos programas de apoio à agricultura familiar. Altemir TORTELLI confirmou a veracidade das várias apresentações feitas por aqueles que já encontramos. Na verdade, existem dois tipos de agricultura no Brasil:

1. um modelo dominante com grandes superfícies, usando mão de obra contratada, sob o jugo das empresas multinacionais. Esta agricultura produz principalmente soja, milho, cana de açúcar, carne e leite;
2. uma agricultura que se orienta cada vez mais para a integração de pequenos produtores na agroindústria, o que acontece essencialmente na produção de fumo, leite, carnes (suínos e frangos).

Os dois modelos estão em concorrência e são a base das exportações brasileiras. Ambos os sistemas operam com base na concentração de recursos e terras e dentro das cadeias cana, milho, leite ...).

Ao lado destes dois tipos, a Agricultura familiar é multifuncional, envolvendo quatro milhões famílias, metade das quais não pode garantir a sua alimentação.

Nessas condições de desigualdades, o estado tem um papel importante, pois é a partir de um modelo de cooperativa da agricultura industrial, que os sucessivos governos, apoiados pelo Banco Mundial, desenvolveram os dois modelos de agricultura.

Na medida em que a agricultura vai incorporando as famílias, nota-se mudanças nos hábitos de vida o que têm desestruturado as comunidades rurais no Brasil.

A partir de 1980 surgem questionamentos sobre este tipo de agricultura - principalmente quanto o acesso à terra, preços justos, os fundos diversificados ... - levado por uma coalizão de atores da sociedade civil (Igreja, ONGs, líderes agricultores...).

Esta grande luta conduziu a dois grandes programas de apoio:

- 4 milhões de famílias agrícolas, com cinco bilhões de euros ;
- 300.000 famílias de produção agroindustrial, com 33 bilhões de euros.

A luta é também sobre os métodos de transformação da ação social. Hoje existe um enorme potencial. No entanto deficiências relacionadas à FETRAF limitam o acesso aos benefícios. N

a realidade, as multinacionais pagam um técnico para cada 100 propriedades aonde o governo paga um técnico para 2500 propriedades.

O apoio ao desenvolvimento das capacidades institucionais é muito limitado o que atrasa a apropriação das oportunidades.

Muitos líderes reconhecem que os esforços são visíveis e descentralizados: "Estamos envolvidos no diálogo entre nós e com outros atores. O Programa Agrícola carece, no entanto, de assistência técnica e de financiamento da capacidade institucional para o benefício das OP", dizem.

A FETRAF organiza nos municípios jornadas de luta que são uma oportunidade para apresentar propostas com base em problemas comuns:

- Relacionados ao meio ambiente;
- A luta das mulheres agricultoras familiares;
- Como sair do assistencialismo;
- Como valorizar mais nossos produtos.

No Brasil existe um programa para os agricultores e agricultoras familiares aposentados que lhes permite receber um salário mínimo mensal (13 bilhões de euros; para 7 milhões de aposentados).

### **ENCONTRO COM O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS : SENHOR MARCO MAIA**

Uma visita de cortesia ao primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, acompanhado pelo Coordenador da FETRAF Sul Altemir Tortelli, foi uma oportunidade para confirmar todas as declarações dos diferentes interlocutores.

Ex-sindicalista metalúrgico, camarada de luta do presidente Lula, ele insistiu na importância do Movimento Social e o trabalho de prospecção, porque o que aconteceu no Brasil é fruto de quarenta anos de reflexão, investigação e construção de alianças.

O Brasil está certamente muito longe de poder satisfazer a todas as expectativas, mas as rupturas irreversíveis são visíveis através da escolha de orientações políticas claras:

- O direito humano a alimentação;
- Os programas de apoio aos grupos vulneráveis, à agricultura familiar... ;
- Igualdade e justiça social como base de governança;
- Controle social, em todos os níveis, pelos representantes de cada grupo social; e
- Diálogo e negociação para construir consensos.

4. Fotos do encontro entre Marco maia e Mamadou Cissokho no site do Congresso Brasileiro  
[www.camara.gov.br/internet/bancoimagem/default.asp?data=15/7/2009#](http://www.camara.gov.br/internet/bancoimagem/default.asp?data=15/7/2009#)

As coisas não são fáceis. Deve-se acreditar garantir conquistas e, principalmente, evitar derrapagens.

Em conclusão, o Vice - Presidente salientou o interesse da Câmara dos Deputados e todo o Brasil nas Relações Sul /Sul e no Brasil-África em particular.



---

**15 DE JULHO 2009**

---

### **DIREÇÃO DA FETRAF**

A Missão, objeto deste relatório coincidiu com a realização de um workshop em Brasília da FETRAF.

Uma centena de líderes vieram de todo o país, convidados através de programas de extensão de aquisição de alimentos (PAA), para debater a nova legislação sobre o fornecimento de merenda escolar (mínimo 30% das compras devem vir da Agricultura Familiar).

Nessa ocasião, Cissokho foi convidado para apresentar uma atualização sobre a aplicação da CEDEAO (política agrícola na África Ocidental), o que lhe permitiu destacar os avanços significativos nos métodos de desenvolvimento participativo e de validação da participação das partes interessadas.

Em termos de África Ocidental e seu espaço institucional que é a CEDEAO, estão acontecendo as investigações de programas, tanto a nível regional quanto no nível dos Estados, e ROPPA (organização regional dos agricultores) é parceiro na região para a execução de diversas políticas definidas.

O ECOWAP Reconhece a Soberania Alimentar, na sua política. O que dá margem ROPPA na organização do mercado regional e à proteção dos produtos locais.

O ECOWAP (Política Agrícola Regional) reconhece a Soberania Alimentar na sua política, o que dá margem à atuação da ROPPA na defesa da organização do mercado regional e na proteção dos produtos locais.

Para os membros da ROPPA, Segurança Alimentar é primeiramente o reconhecimento de homens e mulheres que produzem, e em seguida, as ligações culturais entre esses produtos, seus valores culinários e a alimentação.

Não se trata apenas da disponibilidade e acessibilidade.

Os representantes da FETRAF destacaram as semelhanças entre este entendimento e o intercâmbio que tiveram lugar sobre as questões das OP e as restrições nas parcerias com o Estado.

Foi acordado pelas partes para continuar o intercâmbio visando o desenvolvimento da Aliança Mundial dos Camponeses.





---

**16 DE JULHO 2009**

---

**ENCONTRO COM OS PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDO NO PAA NO MUNICIPIO DE  
CAMPO MAGRO - PR**



A missão visitou a região metropolitana de Curitiba no estado do Paraná para ver à campo as experiências práticas de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. Alguns líderes camponeses com o Sr. Marcos Rochinski, Secretário-Geral da FETRAF -- sul. Acompanharam as visitas.

Esta segunda fase da missão permitiu falar diretamente com as organizações, os membros da FETRAF e os responsáveis municipais de Campo Magro - PR.

Em sua apresentação, o Sr. CISSOKHO informou os seus interlocutores de seu interesse em compreender a dinâmica da aliança na execução do Programa Fome Zero.

Ele estava menos interessado nos aspectos institucionais que foram amplamente mencionados nas visitas e contatos na capital, Brasília. O interesse em vir para a base é poder compreender melhor os papéis e responsabilidades e como a parceria se dá na prática.

Com esta missão, Cissokho queria reunir informações precisas sobre os instrumentos e mecanismos utilizados na prática, no campo, como parte da implementação de programas públicos para a agricultura familiar.

Os diversos atores confirmaram a participação de seus membros. Aqui, eles dizem, as cooperativas são parceiros do programa e trabalham em conjunto com os municípios e as escolas.



São as suas estruturas que validam a lista de potenciais beneficiários do Programa e são responsáveis, também, para o acompanhamento e a implementação dos compromissos assumidos por seus membros.

Os membros da FETRAF - Sul eleitos para o Conselho do Município, são agricultores, que também estão envolvidos no programa. Para os líderes da FETRAF - Sul, o financiamento não é o mais decisivo para o Programa, mas sim as oportunidades oferecidas pela aliança para a Soberania Alimentar.

Delegados camponeses encontrados durante a missão estão orgulhosos dos progressos na produção agro-ecológica na agricultura.

A delegação aproveitou a oportunidade para visitar a propriedade familiar da Secretária Municipal responsável pela Agricultura e meio Ambiente.

Na verdade, a agro-ecologia vai bem com o turismo rural. As refeições que eram servidas na propriedade são compostas principalmente de produtos agro ecológicos.

À pergunta: "há debates na FETRAF - Sul sobre as dificuldades encontradas na base, para a escolha da agro-ecologia como sistema de produção?"

Foi-nos dito que sim. Em todos os níveis, estruturas descentralizadas da FETRAF organizam debates e intercâmbios sobre as questões à luz das informações e questões em nível nacional e internacional.

Os principais temas que emergem destes espaços de diálogo, são os temas da Agenda da FETRAF.



---

**17 DE JULHO 2009**

---

**VISITA A UMA COOPÉRATIVA DE CRÉDITO - CRESOL E A ASSOCIAÇÃO SINDICAL DA AGRICULTURE FAMILIAR DE CERRO AZUL – PR**

Nos programas de apoio aos agricultores familiares, o sistema de crédito desempenha um papel importante. Em 2008, o Governo Federal identificou regiões, chamados Territórios de cidadania (pobres) para receber investimentos públicos.

No município, 300 produtores estão envolvidos no fornecimento de produtos agrícolas para instituições sociais e nas escolas. Mais de 60 instituições recebem produtos de membros da organização, e entre eles, 4 grandes e 44 pequenas colégios.

A lei no Brasil não permite a presença de dois sindicatos da mesma categoria dentro do mesmo município.



A Cooperativa de crédito beneficiada pelos fundos do Programa Nacional de Financiamento (Pronaf) começou na região em 1996, e o Programa de Aquisição de Alimentos em 2004. A este nível, a ênfase é feita também sobre o papel fundamental da sociedade civil para garantir o controle social.

Os Responsáveis da Cooperativa de Crédito constatem que os resultados obtidos acomodam vários produtores. Eles acham que tudo está resolvido. Mas os governos passam e as associações continuam.

No município de Cerro Azul, o Movimento camponês iniciou em 1989 a partir de um pequeno projeto que se tornou hoje um movimento popular.

## CONCLUSÕES

Do dia 12 a 18 de julho, a missão manteve diversos contatos com múltiplos atores que intervêm na política de desenvolvimento agrícola do Brasil

Pudemos constatar várias similaridades entre Brasil e Senegal:

- Longa e solida experiência de organização social, especialmente no meio rural;
- Uma vontade política sustentada, portada por programas e fundos importantes;
- O reconhecimento da soberania alimentar nas políticas nacionais;
- O engajamento para pôr em pratica os apoios à agricultura em geral e à agricultura familiar em particular;

A institucionalização do controle social através de multi-stakeholder comissões independentes, é um trunfo importante para o Brasil e uma possível opção para o Senegal.

As compras institucionais e o acesso adequado ao financiamento, a juros razoáveis para os produtores mais pequenas e vulneráveis, são incentivos para o investimento na agricultura familiar e garantem a renda familiar.

A disponibilização de produtos locais, adquiridos diretamente de agricultores familiares, para as escolas e outras estruturas sociais, assegura a ligação entre a agricultura, alimentação e desenvolvimento local.

No Senegal, as condições são favoráveis e com um pouco mais de esforços, os produtores e seus parceiros podem garantir rapidamente a execução da LOASP (Lei Agrícola), que é comparável à política agrícola do Brasil.



## RECOMENDAÇÕES

---

A FETRAF e o CNCR devem reforçar a sua cooperação nos temáticas de formação de liderança, sistemas de produção agro-ecológicas e de mobilização social para assegurar a durabilidade das alianças com outros atores.

Isto pode ser feito com os membros da ROPPA, os agricultores da Bélgica (Vallons), do Canadá, tendo a CSA, como facilitador.

A validação do Programa Nacional de Investimento Agrícola (NIPA) pode ser uma oportunidade de realizar uma missão multi – atores, liderada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrícola e Aqüicultura, com deputados camponeses, membros do Conselho de Segurança Alimentar, o Ministro de Cooperação Internacional, membros do Comitê de Desenvolvimento Rural da Assembléia Nacional, representantes das instancias locais, gestores de CNCAS, Assessor do Presidente, Conselheiro do primeiro-ministro..., para encontrar com seus parceiro do Brasil.

No final da missão, uma visita foi feita a Embaixada do Senegal no Brasil.

A conversa feita com o Senhor Conselheiro Ndour permitiu um relato da missão e as atividades desenvolvidas. Fornecemos cópias dos cartões de visita das pessoas e organizações brasileiras encontrados. Pedimos repassar um informe ao Senhor Embaixador.

**Mamadou CISSOKHO**

**CALENDARIO**

| Data          | Atividades  |
|---------------|---|
| 10 julho 2009 | Saída de Dakar  |
| 11 julho      | Em transito em Lisboa<br>Chegada em Brasília  |
| 12 julho      | REUNIÃO sobre a programação com MAREK E AGNES   |
| 13 julho      | 09:00 – 13:00 : Reunião com o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social, que coordena o programa Fome Zero) - Telma Castelo Branco.<br><br>15 :00 – 18 :00 : Reunião com o MDA(Ministério de Desenvolvimento Agrário que coordena o programa Pronaf e PAA) - Francesco Pierri |
| 14 julho      | 08 :45 : Reunião com o Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.<br><br>09 :30 : Reunião com o CONSEA<br><br>11 :30 : Reunião com a CONAB.<br><br>15 :00 : Reunião com o FNDE.<br><br>18 : 00 Reunião com dirigentes da FETRAF                         |

|          |  |
|----------|--|
| 15 julho | 08 :00 : ENCONTRO com o primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados : MARCO MAIA<br><br>10 :00 : Encontro com líderes da Fetraf<br><br>Participação na oficina sobre compras institucionais;<br><br>Informes sobre a experiência senegalesa.<br><br>Saída para Curitiba |
| 16 julho | Visite a campo: Campo Magro - PR   |
| 17 julho | Visita a campo: Cerro Azul - PR  |
| 18 julho | Retorno a São Paulo  |
| 19 julho | Retorno a Lisboa   |





O CNCR e a FETRAF/SUL mantêm há vários anos uma relação forte de cooperação e isto graças ao Collectif Stratégies Alimentaires (CSA) uma ONG belga; é neste contexto que o senhor Mamadou CISSOKHO, presidente de honra do CNCR realizou dos dias 12 a 18 de julho 2009, uma missão no Brasil para encontrar os responsáveis da FETRAF.

O presente relatório relata os pontos essenciais que fazem parte do objetivo desta Missão.

**ASPRODEB – CNCR – FETRAF – CSA**